Evidenciação das Práticas de Ajuste a Valor Presente em Empresas Brasileiras

Adonai Zimmer Pettenon – Graduado em Ciências Contábeis (UNIJUI);
Caixa Econômica Federal
adonaizp@hotmail.com

Maria Margarete Baccin Brizolla – Doutora em Ciências Contábeis e Administração (FURB).
Docente do Curso de Ciências Contábeis da UNIJUÍ.
marga.brizolla@unijui.edu.br

Roselaine Filipin – Mestre em Ciencias Contábeis (FURB)
Docente do Curso de Ciências Contábeis da UNIJUÍ.
resefin@hotmail.com

Fabrícia Silva da Rosa - Pos-doutorado em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);
Professora do Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis (UFSC).
fabriciasrosa@hotmail.com

RESUMO
O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor presente, que expõem o tratamento contábil destes ativos, trazendo a obrigatoriedade das empresas em divulgar os cálculos desta operação. Nesse contexto insere-se este trabalho, que tem por objetivo verificar o grau de evidenciação das práticas de Ajuste a Valor Presente, definidas na NBC TG e CPC 12. O presente trabalho é uma pesquisa aplicada, além de fundamentar os conceitos, foi buscado informações divulgadas por 16 empresas durante 2015 e 2016, de 5 segmentos no site da bolsa de valores para que seja possível a aplicação prática e a solução do problema. Os resultados obtidos demonstram que apesar da norma exigir a divulgação, grande parte das empresas ainda não evidencia as informações de maneira completa, seja pela não divulgação ou divulgação apenas parcial. No entanto, alguns itens, como a descrição pormenorizada do item objeto da mensuração a valor presente tem um índice de evidenciação satisfatório e foi divulgado por quase a totalidade das empresas. A entropia das informações em geral foi abaixo de 1, o que demonstrou uma certa disparidade entre elas. Pode-se dizer que para o período e mostra analisada, as empresas atendem em parte a NBC TG 12 quanto a divulgação do ajuste a valor presente.

Palavras-chave: Contabilidade. Normas Internacionais. Valor Presente. Evidenciação. Notas Explicativas.

1 Introdução

Marion (2010) destaca que as mudanças das normas contábeis brasileiras, após a vigência da lei 11.638/07, converteu o conceito de valor presente para os modelos internacionais. Uma das principais, segundo Marion (2010), foi a obrigação da empresa em ajustar a valor presente elementos, cuja duração seja de longo prazo. Estas mudanças na legislação objetivam a convergência para as normas internacionais, para que a informação tenha linguagem mais aberta, e as informações contábeis sejam mais transparentes e melhorem sua qualidade, o que facilita a comparação entre as informações contábeis ou gerenciais (ANTUNES; GRECCO; FORMIGONI; MENDONÇA NETO, 2012).

No início da vigência das alterações ocorridas na legislação societária, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), modificou diversos pronunciamentos para as entidades

reguladoras emitir novas normas e orientar o atendimento dessas (ANTUNES et al., 2012). Entre estas modificações, foi aprovada no dia 23 de janeiro de 2009 a NBC TG 12 que trata do ajuste a valor presente, através da Resolução CFC 1.151/09. Antes desta lei, este ajuste não estava previsto na legislação societária ou nas normas brasileiras de contabilidade.

A informação contábil tem ganhado relevância, uma vez que segundo Antunes et al., (2012), a redução das taxas inflacionárias e a expansão do mercado de capitais, trouxe investimentos para o Brasil e influenciou a harmonização com as normas internacionais, aumentando a importância da informação contábil como auxílio para a tomada de decisões, sejam elas de Financiamentos, investimentos ou créditos. A NBC TG 12, é uma das normais que revelam essa evidenciação, pois através desta obrigatoriedade os investidores passaram a ter informações sobre os negócios da empresa e se no futuro ela poderá continuar tendo resultados favoráveis ou não.

Araújo, Prazeres, Araujo, Lima e Lagioia (2017) mencionam que havia previsão do Ajuste a Valor Presente em um dos artigos da Lei nº 6.404/1976, mas não era reconhecido de maneira correta na contabilidade nos anos anteriores. Para o CFC (2009), a importância da NBC TG 12, é pelo fato que ao fazer este ajuste, as informações divulgadas possibilitam uma melhor avaliação e alocação de recursos escassos, auxiliando a tomada de decisões. Considerando o exposto, tem-se o seguinte problema a responder: Qual o grau de evidenciação das práticas de Ajuste a Valor Presente, definidas na NBC TG e CPC 12? No intuito de responder a questão de investigação proposta, objetiva-se verificar o grau de evidenciação das práticas de Ajuste a Valor Presente, definidas na NBC TG e CPC 12.

O estudo de Ponte, Oliveira, Cavalcante e Luca, (2012) teve como objetivo investigar o grau de observância das práticas de divulgação relativas ao Ajuste a Valor Presente (AVP), para tanto, foram examinadas as demonstrações contábeis, do exercício findo em 2008, de 334 empresas.

O estudo de Araújo et al., (2017), verificou que o nível de atendimento as exigências dispostas no CPC 12, referente ao Ajuste a Valor Presente, nas entidades dos setores de Construção e de Transporte, listadas na BM&F Bovespa durante os anos de 2011 a 2015. No entanto, não foi utilizado constructo na realização do trabalho e os setores estudados foram de construção e transporte, enquanto que o presente analisa empresas do setor moveleiro.

Outro estudo deste tema foi de Silva (2010), que teve como objetivo trazer um enfoque ao Pronunciamento Técnico nº 12, Ajuste a Valor Presente (AVP), de forma a expor esclarecimentos para aplicabilidade do conceito na prática contábil. O presente trabalho difere dos apresentados quanto ao período e amostra analisadas.

2 Referencial Teórico

Para o CFC (2008), As Normas Brasileiras de Contabilidade dizem a respeito aos procedimentos técnicos, através das Normas Técnicas e também das regras de conduta, pelas Normas Profissionais, as quais devem ser observadas na realização de suas atividades, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Antunes et al., (2012) destaca que as normas de contabilidades objetivam a compressibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade das informações divulgadas, ou seja, para que auxiliem no processo decisório dos usuários, principalmente aos usuários externos.

Fiorentin, Rodrigues Jr, Varela e Hein (2011) conceitua a harmonização contábil como um longo processo de adoção dos padrões contábeis internacionais para o país, para que desta forma as demonstrações contábeis de entidades de outras nações estejam em acordo com as normas estabelecidas e conforme as brasileiras. Conforme Ponte et al., (2012) o IASB é o órgão que emite as IFRS, e estuda a elaboração de padrões contábeis globalizados. Foi criado em 2001 para desenvolver um padrão de normas contábeis e proporcionar mais qualidade, comparabilidade e transparência às demonstrações contábeis, e principalmente, promover a

convergência das normas contábeis de diversos países aos padrões internacionais de contabilidade.

Fiorentin et al., (2011), dividiu o processo de adoção das normas internacionais de contabilidade em duas etapas: A primeira inicia em 2008, com a publicação do pronunciamento técnico nº 13 e CPC 14 que dizem respeito a Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e engloba os CPCs de números 1 a 12, e os Instrumentos financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação. Ambos aplicados em 2008, pelas normas de quase todos os órgãos responsáveis.

Nesse sentido, as informações devem ser relevantes e transparentes de maneira que os permita conhecer a realidade econômico-financeira da companhia (PASSOS, 2010; ANDRADE; FONTANA; MACAGNAN, 2013). Dentre as formas utilizadas pelos gestores para divulgar o desempenho das atividades das companhias destaca-se o *disclosure* (evidenciação), cuja ferramenta dá maior credibilidade informacional para que os gestores das companhias tomem suas decisões.

Santos, Dani e Toledo Filho (2011) afirmam que a relevância da informação contábil está associada e depende da ligação existente entre os resultados numéricos contábeis e o retorno das ações para as organizações. Cabe salientar que para que haja evidenciação é necessário um sistema que possua características que anulem ou minimizem os problemas de comunicação, resultando na evidenciação real das informações contábeis (AQUINO; SANTANA, 1992).

Ainda, Aquino e Santana (1992), mencionam que a qualidade da informação divulgada está associada às dimensões de forma e conteúdo, ou seja, aquilo que deve ser absorvido pelo receptor ou usuário, porém, a preocupação maior neste aspecto é a escolha da melhor forma de evidenciação que representará os conteúdos trabalhados. Segundo CFC (2008), as informações devem ser relevantes, ou seja, influenciar nas decisões dos usuários, quanto a tomada de decisões, auxiliando na avaliação do impacto de eventos passados, presentes ou futuros ou até corrigindo antigas avaliações. Essas características influenciam também na utilidade das informações.

O objetivo do Ajuste a Valor presente, segundo o CPC (2009), é ajustar para evidenciar o valor presente de um fluxo de caixa futuro, que pode ser de entradas ou saídas de recursos. O CPC (2009) também cita as três informações requeridas para determinar o valor presente: valor do fluxo futuro, data do referido fluxo financeiro e a taxa de desconto da operação. O CPC 12 (2009) especifica que os componentes devem ser ajustados a valor presente, baseados sempre em taxas realistas aos riscos dos ativos e passivos e ao valor do dinheiro no período. Estes são integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações a longo prazo, e também operações de curto prazo que são consideradas relevantes.

Segundo Andrade, Fontana e Macagnan, (2013), o registro para contas ativas deve ocorrer no momento inicial da transação, como por exemplo, na venda de mercadorias em longo prazo, que o desconto deve ser registrado e reconhecido ao mesmo tempo da receita de vendas. O ajuste para as contas passivas, cujas operações são contabilizadas pelo método do custo amortizado.

O CPC (2008) afirma que para fins de mensuração contábil pelo uso de informações com base no valor presente, os Passivos não contratuais são os que apresentam maior dificuldade de compreensão. Os Fluxos ou séries de fluxos de caixa avaliados são cheios de incerteza, assim como também são os períodos para os quais esperam o desencaixe ou a entrega de produto/prestação de serviço. Segundo o CPC (2008), o CPC 12 foi elaborado com base neste nas normas internacionais IAS 12, IAS 18, IAS 39, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

3 Metodologia do Estudo

Para Minayo e Gomes (2011), a metodologia é ao mesmo tempo a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador, além de ser o caminho do pensamento junto com a pratica exercida na abordagem da realidade.

Esta investigação quanto aos objetivos classifica-se como descritiva, visto que busca descrever o grau de evidenciação da NBC TG 12, a partir da análise documental de uma determinada amostra de empresas, identificando fatores que tem relação com a ocorrência dos acontecimentos e ampliar o conhecimento da realidade. Segundo Gil (2008) estas pesquisas podem constituir ligações entre as variáveis e determinar a natureza. Além disso, também expõe características de uma amostra ou população.

Quanto aos procedimentos técnicos à pesquisa é documental, de acordo com Gil (2008), é a realizada em documentos de entidades privadas ou públicas, ou com pessoas, como registros, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes e outros. Ou seja, um material que ainda não recebeu tratamento analítico. Este estudo classifica-se como documental, pois foi analisado as notas explicativas das empresas que compõe a amostra para definir o nível de evidenciação da NBC TG 12, que trata da valoração e evidenciação do valor presente.

No que se refere à abordagem do problema, é utilizada uma pesquisa quantitativa, utilizou métodos estatísticos para análise de dados, com vistas a responder a questão de pesquisa e atender aos objetivos propostos. Creswell (2010), afirma que pesquisa quantitativa é aquele em que as informações pesquisadas são traduzidas em números, por métodos estatísticos, para a investigação de relações de causa- e- efeito. Neste trabalho, conforme observado, os dados foram coletados em notas explicativas, as quais são encontradas a partir do site da BM&FBOVESPA e traduzidos em números com base em procedimentos estatísticos simples, caracterizando- se como quantitativa.

A população para o estudo constitui-se de empresas brasileiras que divulgaram suas notas explicativas no site da BM&FBOVESPA no período de 2015 e 2016. No conjunto de empresas consideradas na investigação, são analisadas características distintas relacionadas ás práticas de ajuste a valor presente, as quais são necessárias para operacionalizar o *constructo* da pesquisa. Para Martins e Theóphilo (2007) a população é a totalidade de itens, objetos, ou pessoas consideradas para a investigação.

Quadro 1 – Número de empresas que compõem a amostra

Subsetores	**Número**
Material de Transporte	2
Construção Pesada	3
Engenharia Consultiva	2
Produtos para Construção	3
Serviços Diversos	6
Total de empresas pertencentes ao subsetor Comércio Construção e Engenharia	**16**

Fonte: dados da pesquisa (2017)

A acessibilidade das informações contábeis foi um fator limitador, que levou à retirada da amostra de empresas que não disponibilizaram informações necessárias. O quadro 01 apresenta um resumo da amostra. Foram pesquisadas 16 empresas, dos subsetores de Comércio Construção e Engenharia e Máquinas e Equipamentos, cujas ações são negociadas na bolsa de valores. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, foram extraídas dos sites das companhias e da BM&F Bovespa. No quadro 01 estão demonstrados os 5 setores: material de transporte, construção pesada, engenharia consultiva, produtos para construção e serviços diversos.

Em razão de não haver possibilidade de estudar todas as empresas pertencentes a população investigada foi selecionada uma amostra. Nesse sentido, foram definidas as empresas da amostra, que para Martins e Theóphilo (2007) é do tipo intencional, em que os elementos da população são escolhidos de acordo com os critérios estabelecidos pelo investigador.

Elaborou-se a partir da literatura um *constructo*/*check list* com 13 itens, identificando-se por meio das notas explicativas, quais são os itens de ajuste a valor presente divulgado pela entidade, conforme apresentado no Quadro 2. Na formação do índice, as respostas são binárias (0 e 1), sendo 1 para as informações divulgadas e 0 para as não evidenciadas. Todas as questões receberam o mesmo peso e ao final cada empresa obtém uma pontuação que varia de 0% (pior) a 100% (melhor).

Quadro 2 – *Check list* para verificação da divulgação de ajuste a valor presente

Exigência de divulgação		**Parágrafo** (Sim ou não)
A	Descrição pormenorizada do item objeto da mensuração a valor presente;	B64 (a)
	Natureza de seus fluxos de caixa (contratuais ou não); e	B64 (a1)
	Se aplicável, o seu valor de entrada cotado a mercado.	B64 (a2)
B	Premissas utilizadas pela administração;	B64 (b)
	Taxas de juros decompostas por prêmios incorporados e por fatores de risco (*risk-free*, risco de crédito, etc.);	B64(b1)
	Montantes dos fluxos de caixa estimados ou séries de montantes dos fluxos de caixa estimados;	B64 (b2)
	Horizonte temporal estimado ou esperado; e	B64(b3)
	Expectativas em termos de montante e temporalidade dos fluxos (probabilidades associadas).	B64(b4)
C	Modelos utilizados para cálculo de riscos e *inputs* dos modelos.	B64 (c)
D	Breve descrição do método de alocação dos descontos e do procedimento adotado para acomodar mudanças de premissas da administração.	B64 (d)
E	Propósito da mensuração a valor presente, se para reconhecimento inicial ou nova medição.	B64 (e)
	Motivação da administração para levar a efeito tal procedimento.	B64 (e2)
F	Outras informações consideradas relevantes.	B64 (f)

Fonte: Dados da pesquisa

Com os dados informados na *checklist* com 13 itens, foi calculado também o índice de entropia. Este índice, segundo Nunes, Almeida e Sleigh (2004), mede a disseminação dos dados em uma amostra. Um valor maior de entropia foi atribuído àqueles dados com uma ampla e achatada distribuição de probabilidade. Já os menores valores de entropia, são aqueles que tem uma apertada distribuição e com elevados picos. Para Hein, Kroenke e Rodrigues Jr (2013), essa medida é também conhecida como da carência de informação ou ainda, da desordem, dúvida, ausência de conhecimento, desorganização.

Segundo Mattos e Veiga (2002), a entropia se refere à incerteza associada a uma distribuição de probabilidade, e cita também que a sua associação ao grau de similaridade entre as probabilidades de uma distribuição é uma importante característica.

Através do cálculo da entropia, foi também calculado o peso dessas informações (HEIN et al., 2013) definem o peso da entropia como sendo uma medida de importância relativa em uma dada situação de decisão, diretamente relacionada a quantidade de informação intrínseca gerada por um conjunto de possíveis alternativas de cada i-ésimo atributo e em paralelo, a subjetividade associada as importância, reflete a cultura, psicologia e meio em que vive o tomador de decisão.

O peso mostra, através dos números, qual foi o item que mais teve relevância no resultado da pesquisa, e o que mais apresenta informações. Através disto, é possível confirmar se as empresas divulgam ou não o ajuste a valor de maneira correta.

4 Análise dos Resultados

Inicialmente, determina-se a partir identificação dos itens evidenciados, os quais têm respostas binárias, a média aritmética da evidenciação de cada empresa da análise. Ademais, define-se também a média aritmética final por subsetor, referentes as divulgações obtidas de cada ano (2015 e 2016). Esses resultados demonstram quanto cada empresa ou setor divulgou informações sobre o ajuste a valor presente. Estes resultados nos permitem fazer comparações.

Os itens divulgados são orientados conforme NBC TG 12. Para cada resposta a partir conformidade ou não com a NBC TG 12, foram determinadas quatro situações: Total, Parcial, Não divulgou e Não se Aplica. O total refere-se aos itens que estavam em total conformidade com os quesitos da norma. O "parcial" refere-se a informações que foram apresentadas de maneira incompleta, "não divulgou" significa que a empresa não apresentou informações referente ao ajuste a valor presente e "não se aplica" quando a empresa não tinha obrigatoriedade de divulgar este ajuste.

Das 16 empresas pesquisas, 3 não aplicaram a NBC TG 12 na divulgação das notas explicativas, com a justificativa de que os ativos e passivos de longo prazo não são passíveis de ajustes e os efeitos de curto prazo não são relevantes para realizar a evidenciação.

As informações sobre descrição pormenorizada do item objeto da mensuração a valor presente, o qual teve o maior índice de divulgação, foram divulgadas por 81% empresas analisadas, em ambos os anos, visto que somente três empresas não publicaram este item, pois não se aplica sobre elas. As 13 empresas divulgaram, porém, fizeram a divulgação parcial, pois nem todos os itens ajustados a valor presente foram descritos de forma pormenorizada, conforme a norma.

O segundo item mais divulgado foi com relação as premissas utilizadas pela administração, evidenciado nas notas explicativas por 75% das empresas analisadas, tanto em 2015, quanto em 2016. As empresas que informam em notas explicativas quais as premissas da administração quanto a utilização do ajuste a valor presente.

O terceiro item com maior evidenciação foi cerca dos modelos utilizados para cálculo de riscos e inputs dos modelos. Em 2015, 8 das 16 empresas divulgaram (50%) e em 2016 este número subiu para 9 (56%). No entanto, nenhuma empresa pesquisa divulgou o item de maneira total, e nem todas as taxas de risco foram divulgadas.

O item que se refere a breve descrição do método de alocação dos descontos e do procedimento adotado para acomodar mudanças de premissas da administração foi divulgado por 38% das empresas pesquisas, em 2015 e 2016.

No que diz respeito aos itens montantes dos fluxos de caixa estimados ou séries de montantes dos fluxos de caixa estimados, horizonte temporal estimado ou esperado e "expectativas em termos de montante e temporalidade dos fluxos (probabilidades associadas) foram divulgados por 3 empresas da amostra em 2015. Em 2016, o item horizonte temporal estimado ou esperado foi divulgado por 4 empresas e "Expectativas em termos de montante e temporalidade dos fluxos (probabilidades associadas) por 2 empresas."

Tanto em 2015 quanto em 2016, o item que verificou se é aplicável, o seu valor de entrada cotado a mercado e o propósito da mensuração a valor presente, se para reconhecimento inicial ou nova medição foram divulgados por 2 empresas. Em ambas empresas que evidenciaram este item, foram divulgados os valores iniciais e de ajuste a valor presente, para nova medição de maneira parcial.

Em relação as outras informações importantes, 5 empresas divulgaram em 2015 e 2016. Nas notas explicativas da empresa Altus S.A. foram consideradas importantes informações sobre as provisões para ações judiciais, as quais os gastos usados para liquidar estas ações são mensurados a valor presente, e também que o aumento desta obrigação é considerada despesa financeira. Com relação aos itens do *constructo* que obtiveram menor percentual de evidenciação total, o item motivação da administração para levar a efeito tal procedimento, foi divulgado por uma empresa no ano de 2015.

Ainda, o item taxas de juros decompostas por prêmios incorporados e por fatores de risco (*risk-free*, risco de crédito, etc.) não foi divulgado por nenhuma das empresas analisadas, em nenhum ano. Deve-se levar em consideração que para todas as empresas analisadas, este item não é aplicado, pois não há prêmios incorporados.

A média de empresas que divulgam de maneira total algum item listado foi de 3, ou seja, como se cada item fosse listado totalmente por 3 empresas cada. Já a média da divulgação parcial foi de 7 empresas e a de que não divulgou de 9 empresas. Portanto, das 16 empresas, a média das que não divulgam é de 56,25%. Verificou-se também a média de divulgação das informações de ajuste a valor presente por empresas, para os dois períodos analisados (2015 e 2016), conforme tabela 1.

Tabela 1 – Nível de evidenciação da NBC TG 12

Empresas	2015	2016
Altus Sistemas de Automação S.A.	0,8462	0,8462
Azevedo & Travassos Engenharia Ltda	0,1538	0,1538
Contax Participações S.A.	0,4615	0,4615
CSU CardSystem S.A.	0,3846	0,3846
Dtcom Direct to Company S/A	0,3846	0,3846
Eternit S.A.	0,4615	0,4615
Haga S.A. Indústria E Comércio	0,1538	0,1538
Construtora Lix Da Cunha S.A.	0,0000	0,0000
Mendes Júnior Engenharia S.A.	0,3077	0,3077
Mills Estruturas E Serviços De Engenharia S.A.	0,2308	0,2308
Minasmáquinas S/A	0,0000	0,0000
Pbg S.A	0,4615	0,4615
Sondotécnica Engenharia de Solos S.A	0,2308	0,2308
TECNOSOLO S/A	0,0000	0,0000
Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A	0,3846	0,3846
WLM Indústria e Comércio S.A.	0,2308	0,2308
Total	0,2933	0,2933

Fonte: Dados da pesquisa

Sendo constatado que a empresa que mais divulga tais informações foi a Altus Sistemas de Automação S.A., com 0,8462, ou 84,62% dos itens listados na norma evidenciados, nos anos de 2015 e 2016. Os únicos índices que esta companhia não divulgou foram acerca das taxas de juros decompostas por prêmios incorporados e por fatores de risco e a motivação da administração para levar a efeito tal procedimento. Esta empresa é classificada no índice Bovespa mais nível 2. As empresas Construtora Lix Da Cunha S.A., Minasmáquinas S/A e TECNOSOLO S/A não divulgaram nenhum item, e atualmente não estão em nenhum segmento de governança corporativa.

Com o segundo maior índice, de 0,4615, estão as empresas Contax Participações SA, Eternit S.A e Pbg SA. Neste caso, 5 dos 13 itens foram divulgados. As empresas Valid Soluções, Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação SA, CSU CardSystem SA, e Dtcom Direct to Company SA obtiveram o índice de 0,3846. A empresa Mendes Júnior Engenharia SA teve o resultado de 0,3077 e a Mendes Júnior Engenharia SA, Sondotécnica Engenharia de Solos SA e WLM Indústria e Comércio SA obtiveram 23,08. Por

fim as empresas Azevedo & Travassos Engenharia Ltda e Haga SA Indústria e Comércio tiveram 0,1538.

Ainda, buscou-se observar o comportamento estatístico da evidenciação do ajuste a valor presente para as empresas pesquisadas em 2015 e 2016, sendo apresentado a estatística descritiva da Evidenciação da NBC TG 12, como segue na tabela 2. Na análise de todo o período, pode-se obter uma média de 29,33 % dos itens alavancados na NBC TG 12, em 2015, não demonstrando nenhuma evolução no ano de 2016. A variação entre a mínima e a média confirmam o desvio padrão de 21,98 % em ambos os anos. A partir deste índice, pode-se observa, a dispersão estatística dos dados relativos a evidenciação dos itens e a diferença da divulgação entre as empresas.

Tabela 2 – Estatística descritiva da Evidenciação da NBC TG 12

Período	**MÁX**	**MÍN**	**MÉD**	**DPAD**
2015	0,8462	0,0000	0,2933	0,2198
2016	0,8462	0,0000	0,2933	0,2198
Total	**0,8462**	**0,0000**	**0,2933**	**0,0000**

Fonte: Dados da pesquisa

Se considerar a média de divulgação apenas com as empresas das quais o Ajuste a valor presente se aplica, a média aumentaria para 36,10%, ou seja, aumento de 6,75% p.p. O desvio padrão, no entanto, diminui para 18,14%, já que o número alto deste item também é explicado por haver itens zerados. A tabela 3 a seguir, demonstra os resultados da entropia e do peso, nos anos de 2015 e 2016, considerando as informações obtidas e descritas no estudo.

Tabela 3 – Graus de peso e entropia dos itens listados na NBC TG 12 nos anos de 2015 e 2016

CHECKLIST	2015			2016		
	Entropia	Peso	Média	Entropia	Peso	Média
1. Descrição pormenorizada do item objeto da mensuração a valor presente;	0,9670	0,0590	4,2500	0,9670	0,0590	4,2500
2. Natureza de seus fluxos de caixa (contratuais ou não); e	0,9672	0,0586	3,0000	0,9672	0,0586	3,0000
3. Se aplicável, o seu valor de entrada cotado a mercado.	0,9589	0,0735	3,1250	0,9589	0,0735	3,1250
4. Premissas utilizadas pela administração;	0,9547	0,0809	5,6250	0,9547	0,0809	5,6250
5. Taxas de juros decompostas por prêmios incorporados e por fatores de risco (*risk-free*, risco de crédito, etc.);	0,9801	0,0355	2,6250	0,9801	0,0355	2,6250
6. Montantes dos fluxos de caixa estimados ou séries de montantes dos fluxos de caixa estimados;	0,9457	0,0971	3,3750	0,9457	0,0971	3,3750
7. Horizonte temporal estimado ou esperado; e	0,9457	0,1050	3,3750	0,9412	0,1050	3,6250
8. Expectativas em termos de montante e temporalidade dos fluxos (probabilidades associadas).	0,9457	0,0841	3,3750	0,9529	0,0841	3,1250
9. Modelos utilizados para cálculo de riscos e *inputs* dos modelos.	0,9617	0,0677	3,6250	0,9621	0,0677	3,7500
10. Breve descrição do método de alocação dos descontos e do procedimento adotado para acomodar mudanças de premissas da administração.	0,9384	0,1101	4,1250	0,9384	0,1101	4,1250
11. Propósito da mensuração a valor presente, se para reconhecimento inicial ou nova medição.	0,9529	0,0841	3,1250	0,9529	0,0840	3,1250
12. Motivação da administração para levar a efeito tal procedimento.	0,9640	0,0355	2,8750	0,9801	0,0355	2,6250
13. Outras informações consideradas relevantes.	0,9390	0,1090	3,8750	0,9390	0,1090	3,8750

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que entre 2015 e 2016, que não houve grandes diferentes nos resultados da entropia. As diferenças foram nos itens 7, que teve sua entropia diminuída de 0,945651 para 0,94122 em 2016, o item 8 que aumentou de 0,945651 para 0,95293, o item 9 que aumenta de

0,961687 para 0,962113 e o 12, que aumentou de 0,963988 para 0,98142, dos anos de 2015 para 2016. Apesar da variação da entropia, os valores dos pesos em ambos os anos não tiveram alterações.

Conforme resultados, o item 5 foi o que teve maior entropia, apesar de não ser divulgado por nenhuma empresa. Por ele não ser divulgado, a dispersão foi mínima, e sua entropia não atingiu 1 por algumas estarem dispensadas de apresentar o ajuste a valor presente, ou seja, receberam nota 1 ao invés de 3. Neste caso o peso no valor de 0,035477 é o menor ao lado do item 10, pois grande parte das empresas não divulgou. Este fato comprova o que afirmam Hein, et al., (2013), que quanto mais distintos e dispersos forem os dados, maior é a soma da "informação decisória", ou seja, do peso, e neste caso houve o contrário, os dados não foram dispersos, diminuindo o peso da informação.

Por outro lado, o item 10 teve o menor valor de entropia e maior peso, em ambos os anos, nos valores de 0,938397 e 0,110053, respectivamente. Este fato ocorreu por ser o item que apresenta uma grande variação de suas informações, com a quantidade de divulgação parcial de 7 e total de 6, ou seja, bem próximas, e isto, segundo Hein, et al., (2013), aumenta o valor do peso.

Quanto ao item 1, o mais divulgado, a entropia foi de 0,966993, pois houve um grande índice de divulgação por parte das empresas pesquisadas, mas não foi maior pelo fato desta divulgação ser apenas parcial, e consequentemente, o seu peso foi o 3º menor, em 0,058967. O item 2 teve um peso menor ainda, no valor de 0,058616, e a entropia e 3ª maior, com 0,96719.

A média foi calculada pelas somas das notas 1,3,5 e 7 que cada item teve. O item que teve a maior média foi 5,62, em ambos os anos, pertencente ao item 4, estando acima da nota de "divulgação parcial", apesar de não ter sido o mais divulgado. Isso ocorreu pelo fato de haver 12 divulgações totais do item, com notas 7, mas não atingiu este máximo devido a 3 empresas não terem a obrigação de ajuste a valor presente e 1 não divulgar. O item 1 teve a 2ª maior média por ter 13 notas parciais, com o valor de 4,25, nos 2 anos pesquisados, que apesar de ser o mais divulgado, não teve a divulgação total feita por nenhuma empresa, diminuindo a nota desta forma.

Apenas 2 itens tiveram nota abaixo de 3. A menor média foi do item 5, que obteve 2,6250, em ambos os períodos, pois não foi divulgado por nenhuma empresa, e a 2ª menor pelo item 12, com 2,87, em 2015 e 2016, e que significa "não divulgação". O item 10, de maior peso, obteve a 2ª maior média, no valor de 4,12, pois 13 empresas o divulgaram, mas 6 de maneira parcial. A média do item 3 ficou em 3, ou seja, este item foi de "divulgação parcial".

Com média de 3,375, os itens 6,7 e 8 obtiveram o mesmo valor em 2015, e em 2016 os itens 7 e 8 tiveram variações, assim como aconteceu com a entropia. O item 7 apresentou uma queda em sua média do ano de 2015 para 2016, de 3,375 para 3,362. O item 8 também teve uma queda, de 3,375 para 3,125. Outro item que teve redução foi o 12, de 2,875 para 2,625. Essas reduções foram mínimas, mas significa que estes itens estão sendo menos observados por parte das empresas. O único item que teve aumento foi o 9, que em 2015 era de 3,625 e em 2016 passou para 3,75. A tabela 4 a seguir mostra os resultados medidos da entropia, peso e a média, considerando todos os itens mencionados.

Tabela 4 – Média de entropia e peso de todos os itens nos anos de 2015 e 2016

TOTAIS			
Ano	Entropia	Peso	Média
2015	0,9554	0,0769	3,5673
2016	0,9569	0,0769	3,5577

Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se que em 2015, o total da entropia ficou em 0,9554, com um peso de 0,0769. A média ficou em 3,5673, demonstrando através dos números que a predominância foi pela "não divulgação". Em 2016, o cenário não foi muito diferente, porém a entropia teve um leve aumento de 0,9569 e o peso se manteve estável. A média, no entanto, teve uma leva queda, para 3,5577. Assim como no trabalho de Rosa (2016), o resultado foi uma média entre 3 e 4, o que deduz a não divulgação e, desta forma, se considerarmos apenas a média, pode-se dizer que as empresas não divulgam.

Diante desta amostra, nenhuma das empresas cumpriu todos os itens, e o número máximo de itens divulgados por uma empresa foi de 11. Este resultado aponta para uma tendência das empresas divulgarem menos os seus itens e serem menos transparentes em alguns casos. Assim, o resultado da entropia confirmou as informações apresentadas no decorrer deste estudo. O grau da entropia também foi medida entre os setores. A tabela 5 a seguir mede o grau de entropia dos setores de Material de Transporte e Engenharia Consultiva, e o restante dos setores é demonstrado posteriormente.

Tabela 5 – Grau de entropia e peso dos segmentos de "Material de Transporte" e "Engenharia consultiva"

MATERIAL DE TRANSPORTE				
	2015		2016	
ITEM	ENTROPIA	PESO	ENTROPIA	PESO
1	0,6500	0,1150	0,6500	0,1150
2	0,8113	0,0620	0,8113	0,0620
3	0,8113	0,0620	0,8113	0,0620
4	0,5436	0,1500	0,5436	0,1500
5	0,8113	0,0620	0,8113	0,0620
6	0,8113	0,0620	0,8113	0,0620
7	0,8113	0,0620	0,8113	0,0620
8	0,8113	0,0620	0,8113	0,0620
9	0,6500	0,1150	0,6500	0,1150
10	0,8113	0,0620	0,8113	0,0620
11	0,8113	0,0620	0,8113	0,0620
12	0,8113	0,0620	0,8113	0,0620
13	0,8113	0,0620	0,8113	0,0620

Fonte: Dados da Pesquisa

Nos segmentos de material de transporte e engenharia consultiva, os resultados de peso e entropia foram os mesmos para ambos, e não houve muita variação da entropia entre os itens, em razão de haver apenas 2 empresas listadas na bolsa em cada segmento. Considerando que uma empresa de cada segmento não aplicou o ajuste em nenhum item, a entropia dos itens de ambos os segmentos foi baixa em ambos os anos, com um valor mínimo de 0,543564 no item 4, pois este variou bastante, já que uma empresa teve a nota 1 e a outra ficou com 7. Apenas os itens 1, 4 e 9 tiveram valores diferentes de 0,811278124, que foi repetida por 10 dos 13 itens, pois nestes 10 itens as notas foram de 3, não divulgação, e 1, não aplicabilidade.

Esses indicativos confirmam que estes são os setores em que menos itens foram divulgados, com valor de peso maiores que os da tabela 6, em função da maior dispersão das informações dados apuradas neste segmento, com itens que tem maior representatividade no resultado que outros. O menor valor de entropia, se considerar a apuração de todas as empresas, foi de 0,9390, enquanto que a maior se considerar apenas este setor foi de 0,8112, longe do valor 1, que é referência quando os dados são equilibrados. A tabela 6, a seguir apresenta os graus de entropia e os pesos dos itens nos anos de 2015 e 2016 no segmento de Construção Pesada.

Tabela 6 – Grau de entropia e peso do segmento de "Construção Pesada"

CONSTRUÇÃO PESADA		
	2015	2016

ITEM	ENTROPIA	PESO	ENTROPIA	PESO
1	0,8509	0,0912	0,8509	0,0912
2	0,8528	0,09	0,8528	0,09
3	0,9141	0,0525	0,9141	0,0525
4	0,7828	0,1328	0,7828	0,1328
5	0,9141	0,0525	0,9141	0,0525
6	0,9141	0,0525	0,9141	0,0525
7	0,9141	0,0525	0,9141	0,0525
8	0,9141	0,0525	0,9141	0,0525
9	0,9141	0,0525	0,9141	0,0525
10	0,9141	0,0525	0,9141	0,0525
11	0,7828	0,1328	0,7828	0,1328
12	0,9141	0,0525	0,9141	0,0525
13	0,7828	0,1328	0,9438	0,1328

Fonte: Dados da Pesquisa

No segmento de construção pesada a situação tem uma alteração em relação ao material de transporte. A entropia é maior em quase todos os itens, por haver uma empresa a mais neste segmento, com exceção dos itens 13 e 11. Ao comparar com as informações da entropia de todas as empresas analisadas, o segmento construção pesada tem uma entropia menor em todos os itens. Isso ocorre pela variação em relação a divulgação, em que uma empresa não tem aplicabilidade do ajuste, mas as outras tem itens com valores de 3, 5 e 7, tornando os dados mais dispersos.

De 2015 para 2016 não houve alteração dos valores de peso e entropia. O menor peso deste segmento foi de 0,052531, e o maior foi de 0,132842. Na entropia, o maior foi de 0,914101, em função das empresas Azevedo e Travassos e Mendes Junior terem a mesma numeração nestes itens, seja em divulgação total e parcial. Só não foi mais próxima pela empresa Lix S/A não aplicar o ajuste. O menor valor de entropia foi 0,782776, causada pela divergência da divulgação entre as empresas Azevedo e Travassos e Mendes Junior, da qual divulgou total e parcial, respectivamente. A tabela 7 resume os resultados obtidos pelos cálculos do peso e entropia dos 13 itens no setor de "produtos para construção" dos anos de 2015 e 2016.

Tabela 7 – Grau de entropia e peso do segmento de "Produtos para construção"

PRODUTOS PARA CONSTRUÇÃO				
	2015		2016	
ITEM	ENTROPIA	PESO	ENTROPIA	PESO
1	1,0000	0,0000	1,0000	0,0000
2	1,0000	0,0000	1,0000	0,0000
3	0,9501	0,1050	0,9501	0,1346
4	1,0000	0,0000	1,0000	0,0000
5	1,0000	0,0000	1,0000	0,0000
6	0,9194	0,1694	0,9194	0,2173
7	0,9194	0,1694	0,9438	0,1517
8	0,9194	0,1694	0,9194	0,2173
9	0,9770	0,0483	0,9770	0,0619
10	0,9194	0,1694	0,9194	0,2173
11	1,0000	0,0000	1,0000	0,0000
12	1,0000	0,0000	1,0000	0,0000
13	0,9194	0,1694	1,0000	0,0000

Fonte: Dados da Pesquisa

No segmento de produtos para construção, foram consideradas as 3 empresas que fazem parte, e em 6 itens a entropia teve seu valor máximo em ambos os anos e consequentemente, peso zerou. Isto ocorreu porque neste segmento todas as empresas eram obrigadas a aplicarem o ajuste, e nestes itens de valor 1, as 3 empresas divulgaram da mesma

forma ou não divulgaram ao mesmo tempo. Em razão deste fato, nestes itens não houve dispersão dos dados, e nem desequilíbrio, pois todos tinham o mesmo valor.

De 2015 para 2016, o item 13 aumentou sua entropia de 0,919432 para 1, em razão deste item deixar de ser divulgado pela empresa 6, e com isso, se equilibrar com as outras empresas do segmento que não divulgaram em ambos os anos. Outro item que teve sua entropia alterada foi o 7, que em 2015 era de 0,919432 e foi para 0,94376 em 2016, e consequentemente teve o peso reduzido de 0,169358 para 0,15166. Se não considerar os itens que tiveram entropia máxima, o maior valor de entropia foi de 0,977046, do item 9, e o menor de 0,919432.

Quanto aos pesos, o maior valor ficou em 0,217264, sendo este mais alto de todos os setores. Isto ocorreu pelo fato de haver 6 itens de peso zero, aumentando seu valor para o restante dos itens. Na tabela 8 a seguir, são resumidos os resultados obtidos pelos cálculos do peso e entropia dos 13 itens no setor de "produtos para construção" dos anos de 2015 e 2016.

Tabela 8 – Grau de entropia e peso do segmento de "Serviços Diversos"

SERVIÇOS DIVERSOS				
	2015		2016	
ITEM	ENTROPIA	PESO	ENTROPIA	PESO
1	1,0000	0,0000	1,0000	0,0000
2	0,9875	0,0485	0,9824	0,0659
3	0,9875	0,0000	0,9875	0,0468
4	1,0000	0,0000	1,0000	0,0000
5	1,0000	0,0000	1,0000	0,0000
6	0,9615	0,1497	0,9506	0,1852
7	0,9615	0,1497	0,9506	0,1852
8	0,9506	0,1497	0,9615	0,1442
9	0,9824	0,0686	0,9920	0,0298
10	0,9815	0,1342	0,9815	0,0694
11	0,9615	0,0000	0,9615	0,1442
12	0,9615	0,1497	1,0000	0,0000
13	0,9506	0,1497	0,9655	0,1293

Fonte: Dados da Pesquisa

Assim como no segmento de produtos para construção, em serviços diversos teve 3 itens com valor de entropia máximo em 2015 e 4 em 2016. Apesar de ser o setor com maior número de empresas, as informações foram equilibradas, ou seja, grande parte das empresas divulgaram ou deixaram de divulgar os mesmos itens. Apesar das entropias em alguns itens terem o mesmo valor em ambos os anos, em todos, os pesos tiveram resultados diferentes, devido a soma total das entropias ser diferentes nos períodos.

O item 12 teve entropia em grau máximo no ano de 2016, um aumento em relação a 2015, que foi de 0,961533. Isto ocorreu devido a empresa 4 deixar de divulgar a informação no ano de 2016, se igualando as outras empresas, que também não divulgaram. Se não considerar os itens com grau 1, o menor valor da entropia foi apurado em 8 e 13, que obtiveram nota de 0,9506 e consequentemente, seus pesos foram os mais altos do período de 2015, com 0,149726. Em 2016, O maior peso em 2016 foi do item 6, juntamente com o 7, com 0,18518 em 2016, que tiveram também a menor entropia deste ano. Ainda, os itens 8, 9, e 13 tiveram seus graus de entropia aumentados de 0,9506 para 0,961533, 0,982373 para 0,99204 e 0,9506 para 0,965517, respectivamente. No entanto, o item 2 reduziu de0, 987529 para 0, 982407, e os itens 6 e 7 de 0,961533 para 0,9506.

4.1 Discussão dos Resultados

As 16 empresas da amostra foram analisadas a partir de notas explicativas divulgadas de forma anual. Utilizou-se para determinar a evidenciação de ajuste a valor presente o

constructo que analisa 13 itens enumerados na NBC TG 12. Para a determinação da média de evidenciação dividiu-se o número de itens evidenciados pelo número total.

Os 5 segmentos analisados foram investigadas nos anos de 2015 à 2016, segmentadas para observação, conforme divisão na bolsa de valores, e pertencem ao subsetor de "Comércio Construção e Engenharia" e setor de "bens industriais". Na análise anual, pode-se inferir que em 2016 não houve evolução no número de itens informados em relação a 2015. Em ambos os anos, somente uma empresa atingiu a divulgação da metade dos itens. Somente o setor serviços diversos teve um desempenho razoável, com 44,87%, mas mesmo assim não atingiu os 50%.

Em 3 de 5 setores foram evidenciados em proporções bem abaixo da metade pretendida, com menos de 20%. Verifica-se, então, há empresas que omitem informações sobre o ajuste a valor presente, podendo ser um indicativo de que as informações divulgadas não representam em sua totalidade a realidade das empresas, contrariando o que diz Ponte et al., (2012), de que a divulgação de informações relevantes pode gerar impactos positivos na percepção dos investidores. Assim, como menciona Ponte et al., (2012), os entendimentos dos usuários externos sobre as informações e a diferença que o ajuste a valor presente apresenta nos valores das demonstrações financeiras, podem ter sido comprometidos.

Na análise por itens, tem-se destaque quanto a descrição dos itens objetos, que foi divulgado em 13 das 16 informações. Um exemplo de item que foi divulgado, é o arrendamento mercantil, importante para o investidor entender quais operações que a empresa adquiriu e se elas são importantes para o desenvolvimento. Comparando com outros estudos acerca do tema, tem-se no estudo de Ponte et al., (2012) a evidenciação de 334 empresas selecionadas por níveis de governança corporativo de diversos setores, apresentou percentual de 44,31% das empresas que mencionaram a prática nas notas explicativas, inferiores aos resultados encontrados nesse estudo, que para os setores selecionados, os índices foram de 81,25%. Por outro lado, ao analisar os itens estudados individualmente, a motivação da administração para levar a cabo tal procedimento foi de 100% no estudo de Ponte et al., (2012), sendo que nesse estudo foi verificado que nenhuma empresa descreveu.

Andrade et al., (2013) analisaram o nível de evidenciação do valor presente em 461 empresas dos setores de Comércio; Serviços e Transportes; Construção; Indústria Básica; Indústria Manufatureira. A descrição do item objeto do ajuste a valor presente foi evidenciado por 94 % das empresas, maior que a do presente estudo. Na comparação com os 13 itens, o índice do trabalho de Andrade et al., (2013) teve valores maiores, impulsionado pelo setor de construção. A motivação da administração obteve o menor índice de evidenciação no estudo de Andrade et al., (2013), com 30% no total, mas se considerar apenas o setor de construção, o valor é de 50%. A evidenciação das premissas usadas pela administração foi de 96%, maior que os 75% do presente estudo.

Porém no estudo de Araújo et al., (2017), no ano de 2015 o índice de evidenciação no setor de transporte foi de 68%, enquanto que presente estudo foi de 81,25%. Ainda, segundo Araújo et al., (2017), os índices de evidenciação tiveram queda ao longo do período estudado. Em 2012 foi de 83%, superior ao 2015 e 2016 deste estudo. O item mais evidenciado foi também a descrição do objeto do ajuste a valor presente, com 70%. No estudo de Araújo et al., (2017) a empresa que mais divulgou em 2011 foi a Gol e a All S.A, com 10 dos 14 itens atendidos, enquanto que no presente trabalho a Altus atendeu 11 dos 13 itens.

Ainda, ao observar os setores por segmentos, verifica-se que em material e transporte, construção pesada, engenharia consultiva não apresentam empresas em nenhum nível de governança corporativa da BM&F Bovespa. No setor de produtos para construção, 2 empresas pertencem ao novo mercado. Ainda em serviços diversos, 4 empresas pertencem ao Novo mercado e 1 ao nível Bovespa Mais 2. Os setores que mais divulgaram são os que tem maiores níveis de governança corporativa, e consequentemente, são mais transparentes e tem

uma confiança maior por parte do investidor. Na pesquisa de Ponte et al., (2012), os segmentos de governança corporativa que tiveram maiores índices de evidenciação foram o Novo Mercado e o Nível 1.

5 Conclusão

O objetivo de verificar o grau de evidenciação das práticas de Ajuste a Valor Presente, definidas na NBC TG e CPC 12 foi atendido, conforme resultados apresentados durante o presente estudo. Os achados indicam que a resposta da questão de pesquisa que foi buscar qual o grau de evidenciação das práticas de Ajuste a Valor Presente, definidas na NBC TG e CPC 12, foi respondida quando encontrados os índices médios de evidenciação das empresas estudadas a partir das observações dos itens apontados pela NBC TG 12 como sendo os necessários a evidenciar. Estas observações foram efetuadas por segmentos, itens e empresas, através de um constructo, sedo zero quando a empresa não havia evidenciado a informação observada e 1 quando havia a informação. Além disso, também foram obtidas as médias, desvio-padrão, pesos e entropias de cada amostra, sendo que o objetivo destes era para ajustar os índices puros obtidos originalmente. Constatou-se que, a empresa que mais evidenciou as informações pertence ao segmento de serviços diversos, sendo este o segmento com maior índice também.

Alguns itens do *checklist* tiveram um alto grau de observância: descrição pormenorizada do item objeto da mensuração a valor presente, premissas utilizadas pela administração, vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas, modelos utilizados para cálculo de riscos e inputs dos modelos. No entanto, as informações divulgadas pelas empresas, de acordo com os resultados, mostram ausências de alguns itens ou divulgação incompleta. Isso também é demonstrado com a entropia, que apontou resultados divergentes, indicando dispersão das informações. Outros itens não foram sequer divulgados pelas companhias, como as taxas de juros decompostas por prêmios incorporados e por fatores de risco, evidenciando a deficiência das informações nas empresas brasileiras e colaborando para a redução da entropia e aumento dos pesos. O setor com maior grau de entropia foi o de "Produtos para construção", demonstrando que não há relação entre a entropia e o índice de evidenciação.

A respeito deste tema há outros campos a serem pesquisados, como sugestão comparar a aplicabilidade dos itens da NBC TG 12 de empresas brasileiras com estrangeiras, para sugerir adequações na norma ou simplesmente comparar o resultado de ambas.

Referências

ANDRADE, A. F.; FONTANA, F. B.; MACAGNAN, C. B. Um estudo sobre a evidenciação do ajuste a valor presente nas empresas listadas na BM&FBovespa. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, 18, n.1, 62 80, 2013.

ANTUNES, M. T. P.; GRECCO, M. C. P.; FORMIGONI, H.; MENDONÇA NETO, O. R. DE. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de Economia e Relações Internacionais**, 10, n.20, 5-19, 2012.

AQUINO, W. de; SANTANA, A. C. de. Evidenciação. Caderno de estudos**.** São Paulo: **Fipecafi**, n. 5. 1992. Disponível em: <http://http://www.scielo.br/pdf/cest/n5/n5a02.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016.

ARAÚJO, J. G. de; PRAZERES, R. V. DOS; ARAUJO, J. G. N. de; LIMA, M. D. X. de; LAGIOIA, U. C. T. Um estudo sobre o nível de evidenciação do Ajuste a Valor Presente no

setor de construção e transporte da BM&FBovespa. **Revista de Estudos Contábeis**, 6, n.11, 46-61, 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Resolução CFC 1.151/09**. São Paulo. 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_12.pdf>. Acesso em 15 de março de 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade.** – 3. ed. -- Brasília: CFC, 2008. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/ wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Livro_Principios-e-NBCs.pdf>. Acesso em 04 mai 2017

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TG 12 - **Ajuste a Valor Presente**. Brasília: CFC, 2009. 23 p. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs /RES_ 1151.pdf>. Acesso em 04 mai 2017

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**. In Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FIORENTIN, M.; RODRIGUES JR, M. M.; VARELA, P. S.; HEIN, N. Área temática: finanças adoção das normas internacionais de contabilidade por empresas brasileiras: o setor de atuação importa?. **14º SEMEAD,** 14, 2011, Blumenau, 1-17. Disponível em:

<http://sistema.semead.com.br/14semead/resultado/trabalhosPDF/318.pdf>

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas. 2008.

HEIN, N.; KROENKE, A.; RODRIGUES JR, M. M. Modelagem matemática da informação: a entropia como medida de importância na análise de problemas decisórios multicriteriais. In: **VI Congresso Internacional de Ensino de Matemática**-2013.

MARION, J. C**. Análise das Demonstrações contábeis**. 6 ed. SãoPaulo: Atlas, 2010.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MATTOS, R. S. D.; VEIGA, Á. Otimização de entropia: implementação computacional dos princípios Maxent e Minxent. **Pesquisa Operacional**, 22, n. 1, 37-59, 2002.

MINAYO, M. C. de S.; GOMES, S. F. D. R. (2011). **Pesquisa social:** Teoria, método e criatividade. 30. ed. Petrópolis: Vozes.

NUNES, R. R.; ALMEIDA, M. P. DE; SLEIGH, J. W. **Entropia espectral**: um novo método, 2004.

PASSOS, Q. C. **A importância da contabilidade no processo de tomada de decisão nas empresas**, 2010. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/ 10183/25741 /000751647.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2016.

PONTE, V. M. R.; OLIVEIRA, M. C.; CAVALCANTE, D. S.; LUCA, M. M. M. de. (2012). Análise das práticas de divulgação do ajuste ao valor presente pelas companhias listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Universo Contábil*, 8(1), 53-69.

ROSA, C. F. da. (2016). 60 f. **Ativo imobilizado em empresas do setor industrial listadas na BM&FBOVESPA***:* uma análise da divulgação, segundo a NBC TG 27. Trabalho de Conclusão de Curso. Unijuí. Ijuí, 2016.

SANTOS, P. S. A. dos; DANI, A. C.; TOLEDO FILHO, J. R. de. Qualidade informacional contábil das companhias de Tecnologia da Informação listada na BM&FBovespa. **Revista Gestão & Tecnologia.** Pedro Leopoldo, 11, n. 2, 110-128, 2011. Disponível em: <https://revistagt.fpl.edu.br/get/article/view/267>. Acesso em: 13 jun. 2016.

SILVA, T. C. E. (2010), 23 f. **Um enfoque ao Ajuste a Valor Presente.** Trabalho de Conclusão de Curso- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

VASCONCELOS, Y. L.; VIANA A. L. **Evidenciação:** forma e qualidade, 2013. Disponível em: <http://http://www.portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/ RBCResumo1342.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016.